

# A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO BÁSICO: TECENDO MEMÓRIAS E PENSANDO O FUTURO

THE POLICY OF STUDENT ASSISTANCE IN BASIC EDUCATION: WEAVING MEMORIES AND THINKING THE FUTURE

Simone Eliza do Carmo Lessa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
elizasimone@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-0315-2726>

Thamires Pereira dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
Thamires.pereira.santos1993@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0169-4780>

Horrana Campos Ferreira Louzada (*In memoriam*)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
horranaferreira@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0169-4780>

## Resumo

Nosso texto traz reflexões sobre a política de Assistência Estudantil e sua relevância para o Ensino Básico. Nesta abordagem, queremos pensar a experiência desta política em processo de construção, em uma escola pública carioca, ressaltando sua importância, potencialidades, bem como sua incompletude, diante da necessidade de oferecer formação e proteção integral aos estudantes. Destacamos que o formato assumido por esta política ainda precisa de ajustes e de ampliação, devendo ser construído democraticamente, por toda a comunidade escolar, em diálogo com as redes de serviços existentes no entorno, sempre na perspectiva de integralidade, visto que se dirige a uma população de crianças e adolescentes em fase tão especial de seu desenvolvimento e processo de aprendizagem. Além disso, nesta reflexão queremos prestar homenagem à companheira de trabalho que faleceu na pandemia de COVID19 e que dividia a elaboração desta reflexão conosco. Este é, portanto, um estudo acadêmico e um registro afetivo de um trabalho construído conjuntamente.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação; Escola; Assistência Estudantil.

## A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



## THE POLICY OF STUDENT ASSISTANCE IN BASIC EDUCATION: WEAVING MEMORIES AND THINKING THE FUTURE

### **Abstract**

Our text reflects on student assistance policy and its relevance to basic education. In this approach we intend to think upon the experience of building this policy, emphasize its importance, potential and incompleteness in relation to offering integral protection and formation to students. We highlight that the entire community surrounding education and the network of services around it need to democratically construct adjustments and amplifications to this policy, considering it is directed to children and adolescents in a special phase in their development and learning process. In addition, we intend to pay homage to a companion that sadly passed away during the COVID-19 epidemic, who shared in the elaboration of this article. It is, therefore, an academic study as well as an affectionate record of a common endeavor.

**Keywords:** Social Work; Education; School; Student Assistance Policy.

## LA POLÍTICA DE ASISTENCIA ESTUDIANTIL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: TEJER RECUERDOS Y PENSAR EL FUTURO

### **Resumen**

Nuestro texto trae reflexiones sobre la política de Atención al Estudiante y su relevancia para la Educación Básica. En este abordaje, queremos reflexionar sobre la experiencia de esta política en construcción, en una escuela pública de Río de Janeiro, destacando su importancia, potencial, así como su incompletud, frente a la necesidad de ofrecer formación y protección integral a los alumnos. Resaltamos que el formato que asume esta política aún necesita ajustes y ampliaciones, y debe ser construido democráticamente, por toda la comunidad escolar, en diálogo con las redes de servicios existentes en el entorno, siempre desde la perspectiva de la integralidad, ya que está dirigida a una población de niños, niñas y adolescentes en una fase tan especial de su proceso de desarrollo y aprendizaje. Además, en esta reflexión queremos rendir homenaje al compañero de trabajo que falleció en la epidemia de COVID19 y que compartió con nosotros la elaboración de esta reflexión. Este es, por tanto, un estudio académico y un registro afectivo de una obra construida en conjunto.

**Palabras clave:** Servicio Social; Educación; Escuela; Asistencia Estudiantil.

## **Introdução**

Quando iniciamos a escrita desta reflexão, ainda em 2017, estávamos na condição de Assistentes Sociais ligadas à instituição analisada, uma delas supervisora acadêmica de estágio, a outra supervisora de campo e uma graduanda e estagiária em Serviço Social. As autoras, unidas pela profissão em comum, por esse trabalho, pelos debates necessários ao mesmo, por laços de amizade e de aprendizagem conjunta, seguiam refletindo sobre a escola carioca. A supervisora de campo veio trabalhar no espaço onde supervisora acadêmica já havia trabalhado e aceitou, pronta e afetosamente, receber uma estudante na experiência de estágio. Assim, fortalecíamos nossos laços de aprendizado mútuo, sempre em defesa da educação pública de qualidade, do

acesso e da permanência de estudantes no Ensino Básico do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAp/UERJ. Neste espaço, chegamos a participar de atividades conjuntas e ficamos desejosas por uma escrita coletiva. Esta foi iniciada em 2017. Somente agora a finalizamos e apresentamos.

Lembramos que assistente social do CAp/UERJ e supervisora de campo precisou se ausentar do trabalho por questões de saúde e esse texto ficou aguardando sua volta, o que ocorreu em 2019. No entanto, durante a pandemia de COVID19, a companheira nos deixou. Concluímos essa reflexão em sua memória e homenagem, a partir das contribuições que elaborou, saudando sua competência profissional, formação, compromisso com a escola, com os estudantes, suas famílias, lembrando seus projetos e sonhos neste campo. Este trabalho é, portanto, um resgate de uma experiência coletiva de trabalho e um tributo.

Posto esse destaque fundamental à memória da querida e saudosa companheira, iniciemos o nosso debate.

A política de educação tem sido palco de disputas diversas, que expressam concepções sobre sua função em uma sociedade classista e profundamente desigual. Oficialmente, não há quem fale publicamente contra tal direito fundamental, mas indo além dessa defesa genérica, identificamos projetos em disputa, aqui brevemente sinalizados: uma educação universal, humanista, humanizadora, omnilateral e para todos, como nos diz Frigotto (2007), fundamentado no pensamento crítico. Esse modelo pretende uma sociedade mais igualitária e democrática. De outro lado, uma concepção, aligeirada, atitudinal, moralista, empobrecida, empreendedora, focalizada nos níveis fundamentais e no aprendizado de tarefas simples, voltadas para a classe trabalhadora, como demanda a burguesia para manter seus privilégios.

As discussões sobre a política de educação e, mais recentemente, sobre a Assistência Estudantil têm crescido em quantidade e qualidade na categoria

das Assistentes Sociais<sup>1</sup>. Trata-se de tema importante e espaço ocupacional de destaque. Acesso e permanência, ações afirmativas, relação família-escola, gestão democrática (ALMEIDA, 2007) e expressões da questão social nos espaços formadores são temas sobre os quais a categoria tem se debruçado. Relacionamos este crescimento de reflexões, também, a outros fenômenos: os debates sobre acesso à Educação Superior a partir das cotas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de Brasília (UNB) (ambas em 2003), a expansão da rede federal na primeira década dos anos 2000, a implementação das normativas sobre assistência estudantil em 2007 e 2010<sup>2</sup>, a lei de cotas da rede federal datada de 2012<sup>3</sup> e, antes disso, o aumento do acesso e permanência na escola, em especial a partir dos anos 1990, o que paulatinamente, foi levando à ampliação de equipes de trabalho que passam a ir além de professores e pedagogos, profissões históricas no trato da educação.

Para além destes fatos, entendemos que com a efetivação da Lei 13.935/2019 – que prevê que as escolas do Ensino Básico do Brasil passem a contar com o trabalho de Psicólogas e Assistentes Sociais – essas discussões tendem a crescer.

Em se tratando especialmente da Política de Assistência Estudantil, seu crescimento está relacionado à interiorização (ainda que de forma aligeirada) da Rede Federal de Ensino Médio e Superior ocorrida nos dois governos Lula da Silva e no primeiro governo Dilma Roussef, ampliando as vagas para as profissionais do Serviço Social nestas redes. Segundo informações do Ministério da Educação – MEC (2020), cada estado do Brasil possui um Instituto Federal de Educação, alguns deles com diversos *campi*, como é o caso do Rio de Janeiro (RJ).

---

<sup>1</sup> Como exemplo, citamos o crescimento dos grupos que tratam deste debate em eventos da categoria como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

<sup>2</sup> Falamos da Portaria 39 de 2007 e do Decreto 734/2010, ambos normatizadores legais da assistência estudantil.

<sup>3</sup> Nos referimos à Lei 12.711 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades federais aos estudantes oriundos de escola pública. Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).

Antes disso, em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro passou a desenvolver, pioneiramente, a política de cotas, passando a contar com profissionais de Serviço Social na seleção e acompanhamento destes estudantes, ampliando espaços de trabalho para a categoria.

No presente artigo apresentamos a construção da política de Assistência Estudantil em uma escola carioca, o CAp/UERJ, resgatando sua relevância na efetivação da permanência no ambiente formador, especialmente para crianças e adolescentes, pessoas em fase tão especial do desenvolvimento humano, da convivência e da aprendizagem. Nossa hipótese é de que há uma incompletude na experiência em curso. Seu foco nas bolsas e a fragilidade de estrutura material e humana para desenvolvimento do trabalho se mostram como limites para uma atuação mais efetiva junto a estudantes e famílias, no sentido da permanência material e simbólica<sup>4</sup>, bem como da sua proteção social<sup>5</sup>. Este quadro se mostra mais importante em se tratando do Ensino Básico, visto que neste nível, temos sujeitos em fase especial do desenvolvimento humano, momento em que eventuais lacunas no campo da proteção social podem impactar na caminhada estudantil e na vida adulta.

Nosso estudo está baseado nas experiências de trabalho vivenciadas e sistematizadas por nós, na escola carioca, vinculada à universidade pública<sup>6</sup> e no diálogo com autores que discutem educação, acesso e permanência. Entendemos que o tema que ora tratamos é relevante e sensível à profissão e à política de educação, especialmente depois de 6 anos de regressão de direitos, em que a escola pública esteve na agenda, não sob o prisma de sua defesa e qualificação, mas sob a ótica de uma falsa moralização, militarização, da censura e da sua desqualificação, além dos ataques ao seu financiamento.

---

<sup>4</sup> Em diálogo com Reis (2009) entendemos que a permanência material (acesso a bolsas, alimentação, material escolar, etc), deve vir acompanhada de ações simbólicas que valorizem a diversidade, o diálogo e o pertencimento nas tradicionais instituições de formação.

<sup>5</sup> Vamos usar o termo “proteção social” na escola, considerando que esta instituição é também espaço de cuidado, acesso a direitos, identificação de dificuldades de aprendizagem relacionadas à questão social e de saúde, demandando articulação de rede de serviços e de diálogos com as famílias.

<sup>6</sup> Falamos do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAp-UERJ.

Também compreendemos que a presente reflexão tem importância para a escola carioca, na medida em que resgatamos suas experiências recentes de atenção aos estudantes.

Entendemos que falar de acesso, permanência e da associação entre cotas e a política de Assistência Estudantil e, mais do que isso, defender tais ideias, é tratar de democracia, de diversidade, de interfaces entre políticas sociais e de proteção à infância e adolescência. Nosso objetivo, no presente texto é, portanto, contribuir com esse importante debate coletivo.

### **1. Ações afirmativas, acesso, permanência e pertencimento**

Estamos vivendo, ainda, uma das maiores crises sociais, econômicas e sanitárias dos últimos séculos<sup>7</sup>. A pandemia de COVID19 aprofunda questões graves, que já estavam em curso na sociedade contemporânea, dentre as quais citamos: degradação da natureza, mercantilização da vida, maior exploração e desproteção da força de trabalho, agudização das desigualdades, desfinanciamento das políticas públicas, concentração de renda e poder nas mãos de poucos, ataques ao pensamento crítico. Neste momento, a redução de direitos trabalhistas e previdenciários, a degradação do acesso ao Ensino Superior por meio da contrarreforma do Ensino Médio e seu desfinanciamento, a uberização do trabalho<sup>8</sup>, o teto de gastos e o ataque aos serviços públicos, que já estavam em processo, são aprofundados especialmente pelo golpismo e pelo neofascismo contemporâneos<sup>9</sup>. Além disso, é inegável que a escola é

---

<sup>7</sup> Quase 700mil mortos, oficialmente registrados pelo IBGE COVID19 (IBGE, 2022) são a herança de um governo negacionista, que não providenciou acesso adequado e em tempo hábil às vacinas na pandemia.

<sup>8</sup> Com base em Antunes (2020), “uberização” é um termo que faz referência à empresa estadunidense Uber, que presta serviços eletrônicos na área de transporte. Motoristas em carros próprios ou alugados, controlados por um aplicativo, oferecem seus serviços por longas jornadas diárias e remuneram a referida empresa com ¼ do que recebem. Instituiu-se um tipo de trabalho precário, de direitos trabalhistas inexistentes, em uma relação nova do ponto de vista da exploração.

<sup>9</sup> Quando escrevemos o presente texto estávamos em pleno governo Bolsonaro que tantas regressões e ataques à educação pública perpetrou. No momento do envio deste artigo, estamos iniciando o terceiro mandato de Lula da Silva, que demonstra buscar o complexo projeto de conciliação de interesses classistas. Entendemos que esta será uma gestão de “minimização dos danos” causados pelos anos do golpismo de Temer e do bolsonarismo

espaço complexo que reflete as expressões da questão social presentes na sociedade: violência, assédios, dependência química, abandono.

A educação, política social e direito humano tardio, mas de grande visibilidade e impacto social, além de ser histórica demanda dos trabalhadores, não tem sido poupada do desfinanciamento, das contrarreformas e da mercantilização que citamos. Vendê-la, em todos os níveis, como um serviço altamente demandado, barateado através de sua fragilização, do pagamento de baixíssimos salários aos seus trabalhadores, do seu aligeiramento e perda de qualidade e do seu ministrar pelo formato a distância (ampliados na pandemia), tem sido muito lucrativo.

Nosso objeto está imerso neste contexto. Falamos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pois a escola carioca de que tratamos está vinculada a mesma<sup>10</sup>. A UERJ retomou suas atividades letivas curriculares, de forma remota, no segundo semestre de 2020 e vivenciou, como outras universidades públicas, o desafio de viabilizar o acesso de seus estudantes ao formato remoto, em um contexto de crescimento das desigualdades, do desemprego, do medo do adoecimento, do luto, da dificuldade de acesso a livros, tecnologias e à alimentação (diante do fechamento de bibliotecas e restaurante universitário). Neste sentido, a implementação de políticas de assistência estudantil foi desafiada, já que estas precisaram passar por ajustes para apoiar a educação remota<sup>11</sup>.

---

que aprofundaram nossa condição de periferia capitalista, herdeira do racismo e da naturalização da desigualdade.

<sup>10</sup> Aprovada em março de 2020, a Pró Reitoria de políticas e assistência estudantil (PR4) tem como proposta consolidar políticas que garantam ao estudante acesso, permanência.

<sup>11</sup> A universidade suspendeu atividades não essenciais e curriculares em 16/03/2020, em função da pandemia, mas permaneceu realizando essencialidades e atividades formativas não curriculares desde então. As aulas remotas foram iniciadas em setembro de 2020. A PR4 ficou responsável por garantir o chamado “Auxílio digital”, disponibilizando um tablet e um SIM CARD (*chip* de aparelho celular) aos estudantes cotistas e aos que comprovassem ter renda *per capita* bruta de até dois salários mínimos. No entanto, existiram lacunas no acesso a esse direito: os tablets não chegaram para todos e os chips não funcionaram em muitos territórios. As aulas remotas emergenciais foram efetivadas para preservação da vida, mas já sabemos, na retomada do ensino presencial em 2022, que as lacunas na aprendizagem, decorrentes desta experiência, são inúmeras: conteúdos não acessados e compreendidos precariamente são herança a ser abordada.

A escola carioca é um Colégio de Aplicação onde as autoras estiveram como Assistentes Sociais, estagiárias e supervisoras de estágio (de campo e acadêmicas). Suas atividades curriculares foram retomadas, também, no segundo semestre de 2020 e, presencialmente, em 2022. Esta escola possui características específicas, pois desenvolve ações educativas de amplo escopo, para público diverso, visto que atua desde o momento da alfabetização até a experiência de estágio na graduação, além de realizar atividades na pós-graduação. Como escola de aplicação ligada à universidade, sua missão também é pensar pedagogias inovadoras, valorizando práticas educativas democráticas. Esta também é uma instituição que pratica a ação afirmativa das cotas no Ensino Básico desde 2013<sup>12</sup> (com o primeiro grupo chegando em 2014), mas vale dizer que a experiência Capiana é tardia em relação às cotas uerjianas.

Recuperando de modo breve sua história recente em termos da atenção aos estudantes, a escola desenvolvia proposta informal e emergencial junto aos discentes que viviam dificuldades de permanência, em função de fragilidades de ordem socioeconômica, até o ano de 2005, por meio da Associação de Pais e Mestres. Neste período, as vagas de acesso ao CAp eram assim distribuídas: 50% para trabalhadores da UERJ (docente e técnicos efetivos) e 50% para a comunidade externa. Ambos os grupos ingressavam por sorteio (no primeiro ano do Ensino Fundamental) e prova no sexto ano. Este formato terminava por dar alguma homogeneidade ao grupo de estudantes capianos, já que falávamos de filhos de servidores públicos e, de outro lado, na comunidade externa, de crianças e adolescentes cujas famílias possuíam condições sociais de acesso a vagas em escolas públicas de qualidade.

O Serviço Social foi integrado à escola carioca em função de necessidades de acompanhamento de discentes – em sua grande maioria, oriundos da ampla concorrência – com dificuldades quanto ao acesso à

---

<sup>12</sup> Lei que dispõe sobre as cotas no CAp/UERJ, Ver: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/087bb8cd053320fc83257b4f0066f6f1?OpenDocument>

material escolar, alimentação e uniforme, direitos garantidos pela LDB em seu artigo quarto, inciso VIII (BRASIL, LDBN, 1996), o que demonstra que o CAp, em sua estrutura de funcionamento, apresentava graves lacunas na atenção estudantil.

As dificuldades financeiras estudantis impactavam na participação nas atividades formativas regulares, ocasionando faltas, atrasos, inadequada (ou nenhuma) alimentação no espaço da escola (já que esta era responsabilidade exclusiva da família), dificuldades no acesso ao material didático para atividades pedagógicas complementares. A constatação destes fatos por parte da escola fez com que, a partir de 2005, o Instituto tenha buscado contar com assistentes sociais em seu quadro de servidores.

Inicialmente, esse grupo de estudantes contava com ajuda financeira espontânea e solidária da Associação de Pais e Professores. No entanto, esse quadro evidenciava a grave ausência de efetivação de políticas públicas por parte da escola e da universidade, já que as demandas estudantis eram legítimas e amparadas pela LDB, como destacado acima. A universidade, portanto, precisava assumir suas responsabilidades neste campo, especialmente por ser uma instituição que tem crianças e adolescentes como público alvo.

A partir do trabalho das Assistentes Sociais (uma contratada e outra efetiva) ocorreu a sistematização da experiência existente e a solicitação de uma ação mais efetiva por parte da universidade, em sua forma inicial, paralelamente ao desenvolvimento de projetos e diálogos com famílias e estudantes. Assim, passamos a pensar e trabalhar pela criação de um programa de apoio estudantil, na universidade pioneira das cotas, voltado para estudantes pobres que ingressavam em seu Colégio de Aplicação.

Em 2008, o apoio aos estudantes foi assumido pela UERJ, por meio de envio de recursos específicos para compra de uniforme, pagamento de transporte, material e, especialmente, alimentação no ambiente da escola, que então se apresentava como a maior necessidade do grupo. Foi organizada, assim, uma forma inicial de Assistência Estudantil denominada de “Programa

Bolsa Auxílio Permanência”, que teve importante impacto no acompanhamento e na permanência com qualidade para estudantes com fragilidades socioeconômicas.

Havia uma grande contradição nesta situação. Estávamos na universidade pioneira das cotas no Brasil<sup>13</sup>, detentora de importante visibilidade social neste campo, mas as crianças e adolescentes de seu Colégio de Aplicação estavam alijadas deste direito. Estávamos, portanto, em atraso diante da universidade, como se estivéssemos apartados dela. Inúmeros foram os debates a respeito, já que as resistências eram muitas. A justificativa dos poderes constituídos na UERJ para o não acesso à condição de cotista-bolsista era de que não poderiam repassar os recursos da bolsa diretamente às famílias, já que estes se destinavam ao estudante (o que nos parecia equivocado, já que o alunado tinha menos de dezoito anos). Além disso, a família é a interlocutora reconhecida como responsável pelos estudantes na escola. Já os pais não entendiam a justificativa da UERJ, como nossa experiência profissional revelava.

No entanto, as expressões da questão social estavam cada vez mais presentes no ambiente da escola, em um país marcado pela desigualdade econômica, com altos níveis de desemprego e endividamento das famílias. Assim, as dificuldades para arcar com os custos da alimentação, já que o

---

<sup>13</sup> Com a aprovação da Lei 4.151, de 4 setembro 2003, a UERJ tornou-se a primeira universidade brasileira a aderir ao sistema de cotas, que tem por objetivo de reduzir as desigualdades econômicas, sociais e raciais na educação superior, possibilitando que alunos oriundos de escolas públicas, deficientes, pertencentes às famílias de filhos de policiais mortos ou feridos em combate, que comprovassem situação de fragilidade socioeconômica (situada na faixa da *per capita* familiar de até 1,5 salário mínimo estadual) ingressassem e permanecessem na universidade, por meio da reserva de vagas. Cabe ressaltar que o primeiro critério de avaliação para que o aluno seja cotista é a renda familiar. Os discentes cotistas têm sua situação socioeconômica reavaliada, a cada dois anos.

Ver lei de cotas (2003): <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument>

Lei de cotas (2008): <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/1a25eb80faf87a5a8325848e006c4dd0?OpenDocument>

Lei de cotas UERJ 2018

<https://www.vestibular.uerj.br/wp-content/uploads/2019/03/LEI-N%C2%BA-8121-DE-27-DE-SETEMBRO-DE-2018.pdf>

restaurante escolar era pago; problemas no deslocamento casa-escola-casa, já que a instituição recebe alunos de bairros e cidades distantes; o passe estudantil, que não contempla a família e nem quem reside em outros municípios; as limitações para arcar com livros, revistas e com o pagamento de atividades pedagógicas que impactam na formação, como idas a museus e cinemas, por exemplo, chegam cada vez mais aos estudantes. Neste contexto, os desafios da permanência cresciam e aprofundavam desigualdades no interior da escola.

Vale mencionar o grande esforço e compromisso das famílias da escola carioca em prol da permanência de seus filhos e filhas. Falamos de uma escola pública de qualidade, em que o acesso a suas poucas vagas se dá por meio de sorteio e concurso, fazendo com que a conquista da matrícula seja um sonho e uma luta familiar. Em outras palavras, quem acessa a vaga se organiza para ali permanecer. Deste modo, não foram raras as experiências de mães que aguardavam na porta da instituição enquanto seus filhos assistiam aulas, pela impossibilidade financeira e de tempo de retornar ao lar e novamente voltar à escola carioca para buscá-los. Comuns também eram os relatos de responsáveis que deixavam seus filhos pequenos com amigos e familiares em bairros mais próximos do CAp, ao longo da semana, para minimizar o cansaço e os custos do deslocamento diário. Além disso, mães buscavam ocupações – muitas vezes precarizadas – no entorno institucional na intenção de conciliar seu trabalho com o acompanhamento escolar dos filhos.

A partir de 2014, com a materialização da lei de cotas na escola carioca (Lei 6234/2013), efetivada ainda sem a bolsa, ocorre a chegada dos primeiros estudantes cotistas. Tal fato aumentava consideravelmente o número de discentes acompanhados pelo Serviço Social.

A nova reserva de vagas abria a escola para uma diversidade estudantil ainda não experimentada em sua história. No primeiro perfil de novos estudantes, traçado pelo Serviço Social, observamos a chegada de mais crianças negras, oriundas da escola pública, filhas de trabalhadores dos campos mais simples da produção, residentes em bairros distantes do CAp.

Importante lembrar que na ocasião, além de não haver bolsa para os cotistas, os recursos destinados aos estudantes do programa de Bolsa Auxílio não haviam sido ampliados, mas o número de bolsistas que demandavam suporte, sim. Portanto, a situação dos estudantes solicitava respostas rápidas, já que buscávamos permanência para crianças e adolescentes em seus anos iniciais de formação.

Se permanecer e aprender sem suporte é complexo para estudantes da Educação Superior, que já haviam vivenciado o desafio da conclusão do Ensino Básico e do Vestibular, o que dizer de crianças, adolescentes e jovens, de 05 até 20 anos no início de sua jornada formativa? Assim, na escola carioca, diferentemente da UERJ, havia cotista, mas não havia bolsista, o que inaugurava uma experiência que maculava a associação cota-bolsa, marca *sui generis* a universidade fluminense.

As famílias recém-chegadas vinham de experiências na rede pública em que a alimentação no espaço da escola, o acesso ao uniforme e ao material didático eram uma realidade e não compreendiam o que se passava na escola carioca. Este quadro impactava na permanência material e no sentimento de pertencimento dos novos estudantes. Os responsáveis, por sua vez, se mostravam cada vez mais cientes de seus direitos e organizados em prol de ações para a permanência, o que contribuía para ampliar o debate e a pressão junto à universidade.

## **2. A Situação *Sui Generis* da Universidade e da Escola Carioca: reflexões e proposições**

É sempre importante lembrar que a UERJ é uma instituição protagonista na ampliação do acesso ao Ensino Superior, através da absorção de um corpo estudantil trabalhador. Desde o final dos anos 1970 a instituição oferece cursos noturnos diversos – fato raro naqueles anos – permitindo que alunos-trabalhadores ali almejassem estudar pela possibilidade de conciliação trabalho-formação. Sua localização em região razoavelmente servida de transportes e sua acessibilidade física – graças às rampas – tornavam a UERJ

mais visível. Junto a estes fatos, incluímos a criação da política de cotas em 2003, o que revela novamente o protagonismo uerjiano na absorção de alunos de frações da classe trabalhadora, especialmente, negros e negras, moradores de periferias, que, historicamente, não acessavam a universidade pública.

As cotas capianas são tardias, mas fruto de lutas diversas e de longo prazo de muitos movimentos sociais: estudantil, negro, de pais, em defesa da educação pública. Este quadro revelou o CAP/UERJ como uma instituição periféricamente integrada à universidade, bem como pode demonstrar alguma resistência na inclusão de crianças e adolescentes na condição de cotistas.

O primeiro grupo de cotistas chegou, finalmente, em 2014, 11 anos após as cotas da universidade. O processo seletivo é organizado por sorteio (para o primeiro ano do Ensino Fundamental) e por prova (no sexto ano). Em ambas as experiências há reserva de vagas para as cotas, conforme edital já citado. Importante destacar que na pandemia, diante das dificuldades relativas à permanência estudantil, houve a ampliação das séries de acesso ao CAP, na intenção de evitar a ociosidade de vagas, o que é entendido por nós como avanço democrático importante. Assim, em 2023, por exemplo, foram ofertadas vagas no 1º, 3º, 5º e 6º, 8º e 9º anos do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, segundo o edital (EDITAL CAP UERJ, 2022).

O primeiro ano foi de muitos desafios na integração deste novo público à escola, como nossa experiência profissional experimentou. A instituição carioca demandava adaptação pedagógica e física, bem como de professor mediador para receber crianças com deficiência, bem como necessitava de acesso à bolsa, transporte e restaurante escolar. Além disso, tal qual a experiência das cotas na universidade, percebíamos uma certa desinformação por parte do corpo de trabalhadores da escola em relação aos novos estudantes. Haveria uma queda na qualidade educacional? Que novas necessidades estariam postas à escola? De fato, o que significava a chegada dos cotistas? Essa era uma importante questão, presente em muitos debates. Havia muito por fazer: a infraestrutura física e de pessoal da escola precisava ser revista, o diálogo família-escola precisava ser aprofundado, bem como as

lutas por efetivar políticas de permanência precisavam seguir.

Sobre o processo seletivo capiano para acesso à condição de cotista, vale uma ressalva. A seleção dos novos estudantes demanda quantidade significativa de documentos relativos à condição socioeconômica, visto que estamos diante de recurso público utilizado pelo tempo de sua permanência na instituição, com reavaliações a cada dois anos. Portanto, a qualidade desta análise – que reúne a definição dos documentos solicitados e a orientação aos candidatos para sua apresentação – é essencial.

Como Assistentes Sociais, tivemos a oportunidade de participar deste processo seletivo por duas vezes em anos diferentes: em 2003 e em 2014. Podemos afirmar que a experiência foi otimizada ao longo do tempo e ganhou qualidade, tanto no sentido da análise documental, quanto no caminho do diálogo e da orientação ao candidato. Este processo segue sendo aperfeiçoado para estudantes da escola carioca, considerando as particularidades de quem demanda a Educação Básica. Pais, avós, madrinhas, tios, irmãos mais velhos serão os sujeitos – nem sempre com informações para tanto – que organizarão a lista documental solicitada. Por isso, abertura de diálogo com a família, ao longo do processo seletivo, é essencial na intenção de que as cotas possam chegar aos potenciais cotistas.

Na UERJ, apesar do acesso imediato a direitos – bolsa, restaurante universitário e material didático – que impactam positivamente na permanência e nas condições para aprendizado, como nos diz Amadei (2008), ainda há muito por fazer, como nos diz nossa experiência profissional. Na escola carioca acontece o mesmo. Em se tratando de crianças e adolescentes, a permanência assume perfil de mais largo escopo. Neste aspecto, queremos ser propositivas.

O acompanhamento do estudante precisa ser feito pensando na integralidade da atenção à infância e adolescência, desde o início da sua inserção na instituição. Neste sentido, é preciso democratizar o acesso: tornar mais visível a política de cotas capiana, a partir de sua grande divulgação nas redes sociais e, especialmente, nas instituições públicas e do terceiro setor

localizadas nos bairros e favelas onde os filhos da classe trabalhadora vivem. Além disso, é preciso criar mais mecanismos de apoio para a leitura e preenchimento de edital para as cotas, visto que são mães, avós, nem sempre familiarizadas com este tipo de documento que farão as inscrições de suas crianças e de seus adolescentes. Mas não basta acessar a escola carioca.

É preciso ter condições para permanecer, pertencer, aprender, se desenvolver, neste espaço de conhecimento e proteção social. Pensando nas particularidades capianas, seu público, agora formado por cotistas, por oriundos da ampla concorrência e filhos de servidores públicos, propomos as reflexões a seguir, considerando que o que homogeneiza este grupo é a condição de crianças e adolescentes matriculados em uma escola pública. Assim, queremos refletir e pensar políticas, considerando que a escola é também espaço de construção de ações para permanência e a proteção social.

Inicialmente, queremos destacar que a equipe de trabalho, para essa fundamental ação de permanência, está incompleta. Faltam assistentes sociais, psicólogos e pedagogos para o acompanhamento sistemático e integral dos estudantes, sempre em diálogo com as famílias. Ou seja, a incompletude numérica da equipe multidisciplinar impacta no acompanhamento das demandas dos estudantes cotistas e da ampla concorrência da escola carioca, que não são poucas, segundo nossa própria experiência profissional.

Em um ambiente em que 45% das vagas estão reservadas para crianças oriundas de escolas públicas, autodeclaradas negras, pardas e indígenas, deficientes e filhos de policiais e bombeiros mortos ou feridos no trabalho, conforme determinação legal das cotas uerjianas (Lei Estadual 6434/2013), a equipe de trabalho dedicada à tarefa de acompanhá-los em suas necessidades sociais, emocionais e de aprendizagem, deve se expandir e ser valorizada no ambiente escolar, a partir do reconhecimento de que educar vai muito além da sala de aula.

Tomamos como paradigma inicial para reflexão sobre condições para a permanência, o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil – (Decreto 7234/2010), que supõe uma rede mais ampla de atenção ao

estudante. Este formato supõe consequente aumento da equipe técnica, como poderemos ver. Nos moldes da PNAES estão previstos: moradia/alojamento, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, suporte ao deficiente e aos portadores de transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Observando o PNAES constatamos que as lacunas da atenção aos estudantes do CAP são grandes.

Novamente considerando o PNAES, pensamos que em se tratando da educação básica, a necessidade desse acompanhamento cresce. São crianças e adolescentes do primeiro ano do ensino fundamental, ao terceiro ano do ensino médio, com todas as especificidades destas fases do desenvolvimento humano em suas descobertas e da aprendizagem, que acessarão esta política, de maneira permeada por suas condições de vida.

Neste sentido, a bolsa – instituída em 2016<sup>14</sup>, novamente em atraso em relação à UERJ – associada ao suporte pedagógico para questões cotidianas e também para aqueles estudantes que demandem atenção a necessidades específicas, é junção fundamental no sentido da permanência e da proteção social. Além disso, atividades que favoreçam a convivência lúdica e afetiva, para favorecer o pertencimento são necessidades fundamentais. Assim, ações educativas transversais, tais como a realização de atividades formativas que falem sobre a comunidade escolar, seus diferentes agentes, que abordem relações não violentas, solidárias e responsáveis, que falem da diversidade humana, de racismo, machismo, do capacitismo e da saúde fazem parte da permanência, já que o ato de aprender é positivamente influenciado se há diálogo e identificação com o grupo em que o processo acontece.

Aliado a estas ações, deve-se buscar minimizar desigualdades e viabilizar o pertencimento de ordem socioeconômica: material escolar, uniformes, transporte, alimentação (como previsto na LDB e, muito além das cotas) acesso a atividades culturais realizadas fora do ambiente da escola, a livros

---

<sup>14</sup> VER: [http://www.boluerj.uerj.br/pdf/aeda\\_00322016\\_13042016.pdf](http://www.boluerj.uerj.br/pdf/aeda_00322016_13042016.pdf). Através da Ato Executivo de Decisão Administrativa N° 032/2016 (AEDA 032/2016) foi instituída a Assistência Estudantil na escola de Ensino Básico ligada à universidade

paradidáticos.

Falamos, ainda, da atenção a estudantes por meio do acionamento das redes extra instituição escolar, como as políticas de assistência social, de saúde, instituições do terceiro setor, por exemplo, a partir de demandas trazidas por estudantes e suas famílias. Esta tarefa supõe contatos, reuniões, encaminhamentos, orientações às famílias e a avaliação do trabalho realizado.

Além disso, a inserção e permanência de crianças e adolescentes que precisam de atenção diferenciada em seu desenvolvimento (deficientes e portadores do que convencionou chamar tecnicamente de “transtornos” diversos), ou, simplesmente, estudantes que solicitam acompanhamento mais próximo e efetivo em sua caminhada de aprendizagem em função de suas condições de vida, deve ser observada e acompanhada. Portanto, novas tecnologias, práticas pedagógicas e novos profissionais devem ser incorporados à instituição escolar, reconhecendo a complexidade da mesma, que foi expandida em termos de acesso, mas não foi apoiada adequadamente em termos de condições para a permanência.

A escola contemporânea é uma instituição de grande visibilidade social, complexidade e relevância. Sua importância na atenção e acompanhamento da infância e adolescência é inegável. Certamente, a família é a linha de frente deste processo, mas a escola é uma retaguarda importante, em especial em uma sociedade em que as famílias têm jornadas de trabalho cada vez mais longas e em que as redes de apoio solidário são escassas.

Nossa experiência de trabalho nos indica que diversas expressões da questão social estão presentes na escola e demandam apoios diversos: no campo da saúde física e mental, no acompanhamento de situações de violência, nas consequências do empobrecimento das famílias, do desemprego, da desinformação, do uso abusivo de substâncias tóxicas, das dificuldades na inserção ao ambiente escolar. Partindo dessa observação importa-nos assinalar que é preciso aperfeiçoar o diálogo escola-família-redes de serviços de forma que o acompanhamento do aluno possa ir além do acesso à condição de cotista. Neste sentido, criar e aperfeiçoar canais de comunicação família-escola

e mais do que isso, de participação das famílias na organização da dinâmica capiana, é essencial e pode impactar positivamente no cotidiano, como nos diz Nogueira (1998).

Além disso, a questão da acessibilidade física é premente, uma vez que lei de cotas prevê que 5% das vagas estejam destinadas às pessoas com deficiência. Por esse motivo, a adequação do espaço da escola – por meio de rampas, elevadores, sinalizadores de piso, telas, equipamentos para acessibilidade – para torná-lo acessível, se faz urgente e fundamental.

A Assistência Estudantil deve ser uma política mobilizada e implementada para além da bolsa, reconhecendo a necessidade de enfrentamento das dificuldades na consolidação do direito à educação, em um país extremamente desigual. A escola, por sua vez, deve ser um espaço de proteção e de desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes e a Assistência Estudantil pode ser um importante instrumento deste processo.

Planejar, executar e avaliar respostas para este quadro é uma responsabilidade histórica do gestor público, em sentido amplo, e da escola, em particular, no sentido do acolhimento e acompanhamento da formação de todos os seus alunos, especialmente aqueles que, por limitações de ordem econômica ou pedagógica, não podem usufruir adequadamente do cotidiano da escola e de seu aprendizado, em todas as potencialidades que estes podem oferecer. A UERJ, pioneira das cotas e a instituição que pratica, efetivamente, a associação da condição de cotista com a de bolsista, não deve deixar lacunas na atenção aos seus estudantes mais jovens. Essa é uma tarefa urgente e por fazer.

Por fim, é preciso dizer que todos esses desafios podem ser objeto de estudo e proposição de ações políticas, pois estamos tratando de um colégio de aplicação, espaço tradicionalmente destinado à inovação pedagógica.

### **3. Breves Conclusões**

No ano em que iniciamos a escrita conjunta deste texto, os horizontes nos pareciam turvos em todas as esferas federativas: nacionalmente, tínhamos acabado de vivenciar um golpe político, jurídico e midiático que depôs uma presidente legitimamente eleita.

As regressões para a política de educação foram inúmeras: desde cortes para os órgãos responsáveis pelo fomento à pesquisa e para as universidades, passando pelas predatórias contrarreformas do Ensino Médio, Previdenciária e Trabalhista (que, a despeito das suas promessas, não melhoraram a qualidade do Ensino, não geraram empregos, não melhoraram a gestão previdenciária e precarizaram ainda mais a vida do trabalhador).

Em nosso estado foi aprofundada uma crise econômica com imenso impacto no financiamento das políticas públicas, após a euforia dos mega-eventos esportivos. Por aqui, além disso, os escândalos dos roubos aos cofres públicos ganharam o mundo. A UERJ foi um laboratório no sentido do desfinanciamento, degradação do espaço público, com atrasos e parcelamento de salários e não pagamento de trabalhadores terceirizados. Os professores e técnicos da rede pública estadual de educação, de que faz parte a escola carioca, além de seus estudantes e famílias, sofreram duramente com esse quadro de destruição. Os anos de 2017 e 2018 foram de luta, resistência e sobrevivência.

Como se tais questões não fossem suficientes, a crise sanitária que se instalou no Brasil em 2020 – com a disseminação da COVID-19 e a tardia vacinação – aprofunda problemas de ordem econômica, de saúde e social. Já retomamos a vida presencial, mas as sequelas de saúde, econômicas e sociais do coronavírus permanecem entre nós. No campo educacional o mesmo ocorreu. O Ensino Remoto Emergencial deixou lacunas de aprendizado e é preciso enfrentá-las.

Mesmo frente a esse quadro tão complexo de crise e de pandemia, a abordagem das incompletudes na atenção integral aos estudantes da escola carioca não podem ser perdidas de vista. Acreditamos no compromisso da escola neste sentido. Entendemos que a democratização do acesso ao CAP

precisa vir associada do trabalho em prol da permanência com qualidade e da proteção social de seus estudantes. Caso contrário, corremos o risco de repetição do que Algebaile (2009) denuncia em seu estudo: uma ampliação para menos, visto que o acesso ao CAp, se desprovido de condições de permanência, é insuficiente, pois revela a precarização da escola pública ligada à universidade e perpetua desigualdades educacionais.

Mas temos esperança e disposição para pensar e trabalhar. Estamos diante de uma instituição de longa experiência formativa, onde profissionais, como a nossa querida Horrana, estudantes e famílias continuarão trabalhando, identificando demandas da realidade e buscando respondê-las. Aqui resgatamos memórias recentes e trouxemos contribuições para tecer ideias, políticas e diálogos futuros. A escola carioca merece respeito e seus trabalhadores e estudantes, idem.

Por fim, é preciso dizer: nossa companheira se foi vitimada pela COVID19, mas deixou lindas marcas em nós, que fomos sua estagiária e colega de trabalho, nos alunos que foram atendidos sempre com muita atenção, cuidado e competência e na UERJ, que foi seu campo de trabalho e de estudo, defendida por ela nas passeatas, nas palestras e nos espaços coletivos. Este texto foi iniciado por ela e por nós e concluí-lo foi uma tarefa amorosa com o objetivo de honrar sua presença entre nós.

Por isso, cuidamos e reverenciamos sua memória.

O presente artigo é um instrumento neste campo. Viva a Educação, o SUS e a Ciência. Viva a Escola Pública. Viva a Infância e Adolescência. Viva a Vida!

Horrana, presente!

**Toda lágrima deveria virar palavra.**

Elisa Lucinda.

## Referências

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação: novas perspectivas socio-educacionais. In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6º Região. (Org). **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Texto e Artigos. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social, CRESS 6º Região, 2008, v. P. 83-100. Disponível em [https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_p\\_erspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_p_erspectivas_socio_ocupacionais1.pdf) acesso em 12/09/2020. Acesso 23 maio. 2016.

AMADEI, Stela. Sistema de Cotas na UERJ: uma análise quantitativa dos dados de ingresso. In: **Revista Eletrônica do Vestibular**. Ano 1, 2008. UERJ, DSEA. Disponível em [http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq\\_artigo=6](http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=6), acesso em 23 ago. 2016.

BRASIL. **Lei Estadual/ RJ 6434/2013**. Disciplina sobre o sistema de cotas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/087bb8cd053320fc83257b4f0066f6f1?OpenDocument>, acesso em 13 jun. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

BRASIL, MEC. Expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica. Disponível em <http://institutofederal.mec.gov.br/>, acesso em 01/03/2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Edital CAP-UERJ 2022**. Processo seletivo de 2023. Disponível em <https://www.pr3.uerj.br/index.php/processo-seletivo-de-2023-cap-uerj/>, acesso em 24 abr. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Tecnológica e Ensino Médio: concepções, sujeitos e a relação quantidade/qualidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs). Seminário de Pesquisa. **Trabalho e Políticas Públicas de Educação**: projetos em Disputa na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, UFF, UERJ, EPSJV, 2007.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Serviço Social na educação básica: particularidades do trabalho do Assistente Social no atual cenário carioca. In: ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira e PEREIRA, Larissa Dahmer. Serviço Social e Educação. **Coletânea nova de Serviço Social**. RJ, Lumen Juris, 2013. P. 153-170.

NOGUEIRA, Maria Aline. A relação família-escola: novo objeto da sociologia da educação. In: **Revista Paideia**. Paidéia (Ribeirão Preto) 8 (14-15). Ago 1998. Disponível em <https://www.scielo.br/j/paideia/a/VWS7p45n898HK5Wm3DR3Yhb/>, acesso em 03 fev. 2022.

PAURA, Simone Giglio. Serviço Social na Educação Superior. In ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira e PEREIRA, Larissa Dahmer. In: **Serviço Social e Educação**. Coletânea nova de Serviço Social. RJ, Lumen Juris, 2013. P. 113-131.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). **Programa Bolsa Auxílio exercício 1994**. Supervisão e Redação. ALVES, Lucia de Assis, PAIXÃO, Ricardo Antônio da, LESSA, Simone Eliza do Carmo Lessa. Rio de Janeiro, UERJ, SR1, Cetreina, CODEN, 1995.

FONAPRACE. **Histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organização Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese de Doutorado. UFBA, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>, acesso em 02 nov. 2020.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. In: **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

Figura1: Uma bela livraria, de Augustus Charles Pugin e Thomas Rowlandson. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil